

ESBOÇO PRELIMINAR DO PLANO DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR O POVO PODE

1. Breve apresentação

Um programa de governo é um documento datado, situado histórica e geograficamente. Estamos no Brasil, em Alagoas, agosto de 2022. Nosso país vive uma quadra histórica de aguçamento das contradições sociais, de crescente luta de classes e de forte polarização política. Alagoas é uma ponta atrasada de um sistema injusto e opressor, o capitalismo. Temos um passado e um presente de grande dominação política. Aqui, como em poucos lugares do mundo, algumas famílias tradicionais, remotos latifundiários, donos de territórios e de pessoas, compõem uma oligarquia política grotesca, violenta e corrupta que oprime nossa gente e controla o aparelho do Estado para manter a dominação e garantir os seus privilégios. Nossas forças populares, frágeis ante o domínio oligárquico, contraditoriamente, se dividem entre aqueles/as que servem ao poder e aqueles/as que, no cotidiano de suas vidas - nos períodos eleitorais - resistem e o enfrenta. Sem maniqueísmo, nós que formamos a Frente Popular “O Povo Pode” estamos no segundo grupo.

Nossa intervenção política e eleitoral é a continuação do cotidiano das nossas existências e das nossas lutas, procura intervir consequentemente na realidade. Com transparência, não acreditamos que pelo voto apenas possamos produzir grandes transformações sociais, problemas estruturais só serão com intervenções estruturais, sabemos. Entretanto, entendemos que, se as forças que dominam usam os espaços de governos para potencializar os seus mandos, devemos disputar tais espaços e procurar inverter as suas lógicas. Ademais, como dizia Paulo Freire, os atos políticos podem ser atos educativos. Disputamos eleição, apresentamos propostas e nos jogamos nos debates porque acreditamos que estamos aprendendo e melhor elaborando nosso fazer político, acreditamos que estamos contribuindo para politizar nosso povo e melhorar nossa sociedade.

Muitos são os problemas que afligem o povo alagoano. Grande parte deles existe há décadas, séculos até. Enfrentá-los não é tarefa simples, envolve saídas complexas e pede abordagens interdisciplinares da realidade. Alagoas não é um território pobre, é uma sociedade com muita pobreza e muita desigualdade social. Temos muitas carências, elas vão além das questões econômicas e materiais, sofremos de privações subjetivas, de autoestima, de zelo, de reconhecimento dos nossos talentos e potenciais. Nos estudamos pouco, nos pesquisamos pouco, nos afagamos pouco, precisamos de mais amor próprio. E precisamos de mais capacidade de indignação. Temos sido governados por saqueadores de valores diversos.

Diante das tantas demandas, e da impossibilidade de tratar plenamente de todas, fomos forçados/as a fazer escolhas, a produzir sínteses, mantendo sempre a abertura para revisões e ampliações das abordagens e propostas que aqui apresentamos. Política e metodologicamente, entre outras coisas, optamos por tratar da realidade a partir de cinco eixos gerais, são eles: **Combate à pobreza e à desigualdade social, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Gestão Democrática, Promoção dos Serviços Públicos e Ações Sociais de Promoção da Vida e Direito ao Futuro.**

Outra escolha, para favorecer a visualização do que apresentamos, apresentamos breves diagnósticos e, em seguida, propomos medidas e soluções para os problemas que vivemos. Não temos dúvida, repetimos, que os diagnósticos são parciais, assim como as

propostas podem e devem ser aprimoradas. Esse documento é um *passo inicial*, a caminhada, os debates irão trazendo contribuições e alargando as nossas compreensões. O caminho se faz ao caminhar. O que não pode não estar claro é o lugar onde queremos chegar. Buscamos uma Alagoas mais justa, mais solidária e mais fraterna. Nada disso será possível sem a ousadia de romper com quem domina, sem articular a disputa política-eleitoral com a luta cotidiana, sem acreditar que “o povo sabe/que o povo quer/que o povo pode” e sem “ousar lutar, ousar vencer”.

Disputar e ganhar a eleição com um programa que priorize mudanças profundas na sociedade e na máquina pública estadual, uma gestão democrática e popular que rompa com o status quo, são fatos não apenas inéditos, mas também desafios de grande monta. É a isso que nos propomos. Não entramos nessa disputa para almejar o estabelecido, buscamos o inédito, o extraordinário, o que pode transformar.

Assim, nossa candidatura, assim como esse programa, antes de tudo, são atos de esperança do verbo esperar. Mais do que constatar problemas, acreditamos que eles podem ser enfrentados, que saídas existem e que, ainda que sejam parciais na maior parte das vezes, são importantes e necessárias. Alagoas é um Estado com muitas possibilidades. Muitos são os nossos potenciais e neles devemos investir as nossas energias. Nosso povo é bravo, trabalhador, honesto, tendo oportunidades, avança e vive melhor. Nossa esperança não é ingênua, é construída na observação apurada da realidade. Pisamos no chão de barro, convivemos em barracos de lona de lutadores e lutadoras, convivemos com a juventude que sonha com um futuro de direitos e um direito ao futuro, com mulheres que enfrentam a violência, que chefiam famílias, com negros e negras que resistem a toda ordem de opressão, com a população LGBTQI+ que reivindica respeito e paz para viver seu afeto, com milhares de desempregados/as que lutam pela sobrevivência cotidiana.

Somos uma Frente Popular formalmente composta pelos partidos Socialismo e Liberdade e Rede Sustentabilidade. Na prática, ela é mais ampla. Informalmente, temos os valiosos apoios do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Unidade Popular (UP), além de movimentos sociais de luta por moradia, entre outros. Em nome do PSOL, agradeço a diversos companheiros do PCB, UP, assim como a vários companheiros/as acadêmicos/as, representantes de organizações sociais várias e militantes que dialogaram, propuseram, redigiram conosco pelos diversos e imprescindíveis apoios na confecção desse documento histórico.

Humildemente, estamos em diálogo, dizendo e ouvindo, aprendendo com o nosso povo. Aliás, o nosso processo de diálogo já está em curso desde o primeiro momento que essa candidatura surgiu. O documento que vem a tona é fruto de um processo político-pedagógico, nem sempre linear, cheio de dificuldades, mas que aqui chegou após percorrer diferentes, simultâneas e distintas etapas, assim posto:

- 1- Diagnóstico da realidade de Alagoas – de forma remota, foram realizadas reuniões temáticas com estudiosos especialistas e militantes sociais, elas serão sucedidas sempre de debates com militantes partidários, membros de movimentos sociais, lideranças e estudiosos/as convidadas;

2- Coleta pública de proposições – através das diversas redes sociais e outros meios, foram distribuídos formulários eletrônicos com especialistas e leigos para que participassem da elaboração do PG enviando propostas e sugestões;

3- Sistematização – recolhidas as contribuições de diagnóstico e propostas feitas nos encontros temáticos e formulários, uma comissão sistematizou o PG, que a partir da reunião de dados estatísticos e saberes diversos, procura apresentar um diagnóstico da realidade e saídas ousadas e factíveis para os problemas do nosso povo;

4- Apresentação das propostas para a militância e para a sociedade através de encontros virtuais temáticos, entrevistas e debates no decorrer do processo eleitoral.

A campanha, a última etapa, esperamos que seja um momento de debate de propostas e conteúdos. Esperamos também que ela contribua, como dito anteriormente, para avançar nossas propostas. Esperamos, por fim, legar para o povo alagoano um documento que inspire novas propostas, novos atores e ajude a pautar o debate público por uma Alagoas melhor.

Andiemos!

Prof. Cícero Albuquerque

2- Breve diagnóstico da realidade de Alagoas

Ainda que pareça um tema de fácil compreensão, gestão democrática é uma proposição que merece uma abordagem, esclarecimentos. Consideramos que, no Brasil, muito já foi dito sobre gestão democrática, mas, partindo do chão das diversas experiências históricas, muita coisa foi menos o que queria ser. Na maioria das vezes, ficou limitada a uma carta de intenções, ou seja, nem sempre o que se apresentou como gestão democrática de fato o foi. Várias foram as iniciativas de governos progressistas e populares de implementar medidas que buscavam implementar políticas de incentivo à participação popular e de controle público, mas, muitas vezes, os resultados alcançados estiveram aquém do almejado. Por sua vez, as boas experiências de gestão democrática decorreram da decisão política de governos, da disposição majoritária de setores organizados da sociedade de tomarem parte decisiva dos processos políticos.

A máquina pública alagoana, fruto de uma longa e perversa decisão política, há muito, funciona contra os interesses da maioria do nosso povo. Na verdade, estrategicamente, ela foi

capturada pelas classes dominantes e utilizada para fortalecer/preservar os seus interesses de classe: econômicos, políticos e de controle social. Em alguns momentos, esse usufruto acontece mediante a ocupação da máquina pública por seus prepostos, o que há muitos lhes trás benefícios como o famigerado acordo dos usineiros, no período Collor, a drenagem de recursos públicos do extinto Produban para as suas empresas. Outras vezes, é da máquina de repressão que precisam, vide o apoio ao golpe militar, em 1964, e tantas outras oportunidades de repressão policial a organizações e lideranças populares. Recentemente, no governo Renan Filho, por exemplo, os interesses privados triunfam mediante a concessão de serviços públicos como saúde para as ditas Organizações Sociais (OCS) e a maléfica política de isenção fiscal praticada hoje que tira dos pobres e dá para os ricos.

2- EIXOS NORTEADORES

2.1 - Combate à pobreza e à desigualdade social: em busca de políticas públicas

Desigualdade social é um fenômeno multidimensional que se revela distintamente no tempo e no espaço, agregando novos elementos ao longo da história, com nítidos reflexos sobre concentração de renda e extrema pobreza. É marcada pelas distintas condições de acesso à riqueza patrimonial e renda gerada nos ciclos de produção capitalista, todavia, com muitas camadas acomodadas ao longo da história.

Do século 16 ao 19, o Brasil parecia registrar apenas duas classes sociais: os detentores e os desprovidos dos meios e produção. Compunham esse segundo grupo escravos e trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Com a abolição da escravatura, no final do século 19, o país dá os primeiros passos a um capitalismo tardio, sem perder o vínculo com a economia primário exportadora subordinada ao mercado externo e sustentada pela super exploração da força de trabalho ou dumping social. Outras duas camadas que adensam as desigualdades sociais são as desigualdades de gênero e raça, que seguem submetendo mulheres e negros a todo tipo de depreciação, às vezes de forma velada, assim como a restrições de acesso aos mecanismos de ascensão social.

Com essas camadas já bem consolidadas até o dismantelamento do modelo agroexportador, a nova etapa do desenvolvimento assentado na industrialização e no esforço de integração da economia nacional trouxe novas camadas de desigualdade econômica e social, desta vez, assentada nas desigualdades de acesso à educação e nos novos tipos de ocupação vinculados a diferenciados níveis de rendimento e status social.

As novas camadas de desigualdade social estavam assentadas no trabalho assalariado com distintos níveis de exigência de formação para fins de adequação ao processo de desenvolvimento a forças produtivas. Os direitos trabalhistas inscritos na Consolidação da Leis do Trabaho (CLT) não eram acessíveis a toda classe trabalhadora, mas um privilégio dos trabalhadores urbanos que representavam, aproximadamente, 20% da força de trabalho na primeira metade do século 20. A mesma restrição estava posta para acesso a saúde e educação.

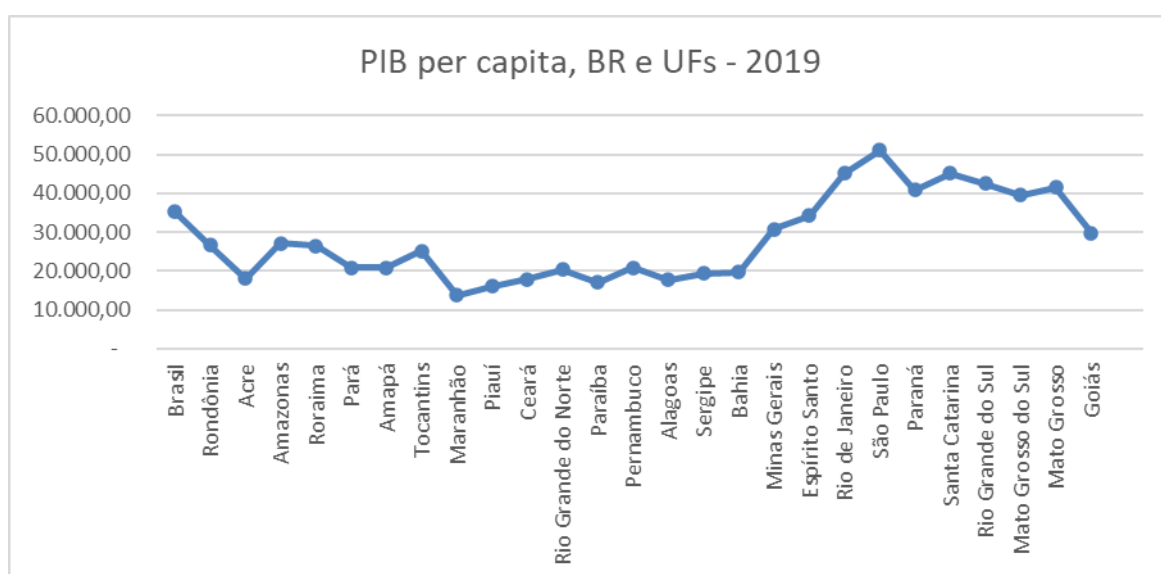
O Estado incorporou a mesma dispersão salarial associa ao tipo de ocupação, grau de escolaridade e status. A remuneração da força de trabalho por horas trabalhadas era coisa do passado. Para a mesma quantidade de horas, uns cargos podiam receber 10 vezes ou mais que outros. As intervenções do Estado, através do sistema previdenciário

e de benefícios concedidos a algumas categorias de servidores públicos têm aprofundado essas desigualdades.

Outra intervenção do Estado Nacional em direção ao aprofundamento das desigualdades sociais foi a destinação de fundos públicos à criação da infraestrutura produtiva concentrada na região Sudeste, assegurando-lhe a posição de centro dinâmico do capitalismo nacional, mediante a subordinação das demais regiões. O modelo de integração nacional produziu no país a divisão regional do trabalho nos moldes da divisão internacional do trabalho.

A configuração do modelo industrial de substituição de importação impôs aos estados da região Nordeste o papel de fornecedores de matéria-prima e força de trabalho a baixo custo, além de reserva de mercado consumidor. Na periferia do país, só as oligarquias rurais tiveram seus privilégios assegurados pela União, a exemplo do setor sucroalcooleiro, em detrimento de um projeto de desenvolvimento com inclusão social.

Os efeitos colaterais desse projeto concentrador refletem-se no abismo entre o Estado de São Paulo e Estados os periféricos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No final dos anos 1970, São Paulo concentrava mais de 50% de toda produção industrial do país, criando uma reserva que lhe permitiu assumir a liderança do setor e comércio/serviços quando o país experimentou seu processo de desindustrialização, já no início dos anos 1980. Em 2019, o PIB per capita do Estado de Alagoas correspondia a 50% do PIB per capita do Brasil e 35% do PIB do Estado de São Paulo. Essa desproporção explica por que mais de 55% da população do Estado está inscrita no Programa Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família).



Fonte: IBGE, PIB e População Residente. Elaboração própria.

Em abril/2022, o Estado de Alagoas registrou 1,3 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza e 133 mil em situação de pobreza¹, respectivamente, 38,5% e 4% da população. No mesmo mês, 1,87 milhão de pessoas estavam cadastradas no Programa Bolsa Família, incluindo as de baixa renda e com renda per capita pouco acima de ½ salário mínimo, correspondendo a 55,4% da população do Estado em situação de

¹ Fonte: Ministério da Cidadania. [CECAD 2.0 \(cidadania.gov.br\)](https://cecad20.cidadania.gov.br). Disponível em 28/05/2022.

vulnerabilidade econômica. Em maio de 2022, a soma repassada a título de Auxílio Brasil e benefício extraordinário foi R\$ 197 milhões para 486,6 mil famílias, com benefício no valor médio de R\$ 405,0. A Lei 14.342/2022 definiu R\$ 400,0 como valor único para o Auxílio Brasil a partir de maio/2022. Sem o complemento para chegar a esse valor, o benefício seria R\$ 218,00.

Nos municípios alagoanos, assim como nas demais unidades federativas do Nordeste, devido à baixa densidade econômica, constata-se uma forte dependência às transferências constitucionais: Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada, benefício previdenciário, além do fundo de participação dos municípios que asseguram o recrutamento de trabalhadores para o serviço público, seja por concurso público, cargo comissionado ou contratos terceirizados.

Por tudo o que já foi exposto e considerando a complexidade das desigualdades sociais, o que pode ser feito, no curto prazo, para atenuá-la? Há ações de curto e longo prazos, todas passam por decisões políticas.

No curto prazo, as transferências diretas seguem sendo o modo de socorrer de forma mais rápida essa massa sobrando de força de trabalho descartada pelo sistema capitalista de produção. No 1º trimestre de 2022, o Estado de Alagoas registrou uma taxa de desocupação de 14,2% frente a 11,1% no Brasil, taxa 28% maior que a média nacional. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, que agrega desocupados, subocupações por insuficiência de horas trabalhadas e desocupação por desalento, bateu 47,1% frente a 29,7% no Brasil, no 1º trimestre/2021, taxa 59% superior à média nacional. No 1º trimestre/2022, esse percentual havia caído de 47,1% para 38,6%.

Propostas de curto prazo:

- 1- Restaurantes populares nas grandes cidades. Os restaurantes devem receber a produção agrícola também de produtores da agricultura familiar, de modo a gerar emprego no campo;
- 2- Distribuição de feiras com produtos agrícolas, em parceria com produtores rurais locais;
- 3- Casa de recolhimento para famílias em situação de rua, de modo que tenham um abrigo para dormir. Além da acolhida, esses abrigos devem ofertar cursos de formação para os adultos e dispor de equipes de assistência social que cuidem do encaminhamento das crianças para escolas públicas, de modo a evitar que ela reproduza a trajetória dos pais.

No longo prazo, são muitos desafios:

Disputa por fundos públicos, de modo a convencer a União a fazer o reparo pelos danos causados ao privilegiar o Sudeste com esforço de arrecadação fiscal e endividamento socializado com todo o país;

- 1- Consolidação de um bloco econômico regional com as unidades federativas do Nordeste, com vistas a organizar as cadeias produtivas regionais;
- 2- Realização de reforma agrária tanto a partir do mapeamento de terras devolutas, sob o amparo do Art. 188 da CF 88 quanto da aquisição e desapropriação de terras improdutivas;

- 3- Revisão dos critérios de renúncia fiscal, de modo a combater a regressividade do sistema tributário brasileiro;
- 4- Empenho na cobrança da dívida ativa, posto que a benevolência com grandes devedores sempre impõe maior carga tributária aos de baixa renda;
- 5- Criação de um órgão, em parceria com as Universidades Públicas e Privadas para dar suporte à gestão de empreendimentos de pequeno porte, para qualquer setor (agricultura, serviços, comércio ou mesmo atividades industriais). A autonomia na geração de renda é importante para reduzir os efeitos colaterais da exclusão da população economicamente ativa do sistema tradicional de produção.

Igualmente importante é redefinir e otimizar o uso dos recursos do FECOEP, dimensionar até que ponto é possível utilizar o uso desses recursos para financiar essas intervenções, mas, sem dúvida, e sem desvio de fins, aplicá-los na redução da extrema pobreza é uma decisão política que implica colocar os mais vulneráveis no orçamento do Estado.

2.1.1 – Políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social

2.1.2 – FECOEP –

2.2 - Desenvolvimento e Sustentabilidade – breve diagnóstico

(A ideia aqui é discutir um projeto de desenvolvimento que combine desenvolvimento econômico com preservação ambiental).

2.2.1 - Economia alagoana: desafios e possibilidades – comércio, indústria, serviços e turismo

2.2.2 - Economia Solidária

2.2.3 - Agricultura (reforma agrária, assistência técnica,)

- Reestruturar litoral

- Fazer o georeferenciamento - o que é público / o que não é público?

2.2.4 - Segurança Alimentar –

<https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/339455/pobreza-extrema-em-alagoas-e-a-terceira-maior-do-pais-diz-ibge>

2.2.5 - Infraestrutura

- Criação do Planear – Plano Estadual de Erradicação das Áreas de Risco – contribuição de Arimatéia

2.3 - Gestão Democrática e Popular

Em Alagoas, ainda não tivemos experiências de governos municipais ou estaduais que tenham buscado construir gestões democráticas. De forma quase absoluta, temos tido governos autoritários, centralizadores, comandados por setores das oligarquias ou por seus prepostos. Mesmo a experiência dos governos progressistas de Muniz Falcão (com todas as reservas e relativizações que o seu tempo histórico pede), e de Ronaldo Lessa (nossa melhor experiência, mas que, num balanço geral, reproduziu lógicas típicas dos governos conservadores, bem como não deixou um legado de inversão rumos políticos e administrativos, nem de um governo democrático e popular), estamos longe de ter tido algo que merecesse tal designação.

É nosso compromisso mexer profundamente na tradicional lógica de gestão do governo do Estado. Não é possível realizar um projeto de mudanças para Alagoas sem focar na democratização da gestão da coisa pública e no aprimoramento dos instrumentos de controle social. Assim sendo, a Frente Popular tem a proposta de gestão democrática como um dos seus valores centrais. O compreendemos como um conjunto de princípios e práticas que envolvem a adoção de mecanismos amplos de participação social na formulação e aplicação de políticas públicas, de controle social, de comunicação popular direta e ampla nos processos decisórios e ações de governo, garantindo transparência aos atos administrativos.

2.4 - Ações Sociais de Promoção e Defesa da Vida

2.4.1 - Combate à pobreza e à desigualdade social

Criação do Fórum Permanente de Combate à Pobreza e à Desigualdade Social, com atuação conjunta com o FECOEP e de forma transversal com as diversas secretárias e instâncias de governo

2.4.2 - Educação

A educação num governo popular deve ser vista como uma ponte aproximadora das culturas científica e humanista, estimulando a complementaridade entre ciência e tradição nos processos educacionais;

.Criação de um programa de dedicação exclusiva para profissionais da educação, com vistas ao atendimento do tempo integral nas escolas;

. Criação de um fundo para desenvolvimento da EJA, visando o combate e a erradicação do analfabetismo;

. Realização de concurso público exclusivo para professores da EJA;

. Criação e expansão EJA profissionalizante.

2.4.3 - Saúde

2.4.4 – Agricultura

- . Fomentar a agricultura familiar;
- . Incentivar o cultivo de produtos orgânicos;
- . Incentivar a criação comercial de animais de pequeno porte;
- . Garantir o acesso fácil ao crédito através de incentivos à criação de cooperativas de crédito para o homem do campo;
- . Criar centrais de abastecimento com sede nas cidades pólo;
- . Fortalecer a EMATER como empresa de pesquisa agropecuária;
- . Criar banco de sementes visando a distribuição com produtores na época do plantio;
- . Incentivar e fortalecer o cooperativismo;
- . Incentivar a agroindústria familiar como forma de beneficiamento e valorização dos produtos agrícolas;

2.4.5 - Indústria

2.4.6 - Comércio

2.4.7 - Esporte

2.4.8 - Cultura

Entendemos cultura como bem, mas como valor, valor que extrapola os significados materiais e econômicos que a sociedade capitalista tenta impor aos diversos campos das nossas existências. Cultura é conteúdo cheio de significados e, por essência e extensão, plural, dinâmica. Antes de tudo, cultura é vida e significado de vida. Numa sociedade de classes, a cultura, entre outros, é lugar de disputas. A ela e através dela, o mercado procura impor as suas lógicas. Estado e governos, muitas vezes, são espaços operativos dos interesses mercantis e das lógicas de dominação dos detentores do capital. Nesse cenário, defendemos uma política cultural que não esteja submetida aos ditames da indústria cultural. A dita “economia criativa”, termo que ganhou monta nos últimos tempos, sem dúvida, compõe uma dimensão da realidade com a qual devemos dialogar, pois gera empregos e dinamizar os espaços locais, não pode paramentar a política cultural de um governo popular. No nosso entender, um governo popular deve orientar sua política de promoção cultural por princípios e, nesse instante, em Alagoas, propor ações que favoreçam o desenvolvimento do nosso povo e o aprimoramento da nossa vida em sociedade, a saber:

Princípios:

Num governo popular, a cultura não pode nem deve ser tratada como um resíduo, uma sobra, uma resultante da separação dos aspectos mais importantes da vida social;

Num governo popular a cultura não deve ser entendida em seu programa como sendo apenas espetáculo ou eventos, deve, isto sim, ser entendida como criação individual e coletiva das obras de arte, do pensamento, dos valores, dos comportamentos e do imaginário;

Um governo popular deve estar aberto a todas as formas de manifestação cultural, privilegiando, na mesma proporção, tanto o erudito quanto o popular, reduzindo assim a polarização entre as duas culturas e democratizando o acesso às criações artísticas;

No programa de cultura de um governo popular, o Estado deve ser visto não como um produtor cultural, mas como um fomentador, seu papel é o de proporcionar, facilitar, prover, possibilitar os meios otimizáveis para que as manifestações oriundas das diversas camadas da sociedade aconteçam;

Um governo popular deve facilitar o acesso aos meios de comunicação e às instituições culturais de forma a não obstaculizar o desenvolvimento dos projetos, deve constituir também as ações programáticas de um governo popular;

Um governo popular deve garantir suporte técnico e continuidade das ações, num estado onde é praticada a cultura da descontinuidade;

Um governo popular deve estar aberto às variadas formas do saber “não científicas” emergentes dos grupos sociais, movimentos, pessoas etc, considerando-as como fundamentais para compreensão e mudança do mundo contemporâneo;

Um governo popular deve contemplar em seu programa de cultura, a cultura da vida, entendendo como tal o direito à existência de todas as formas de vida;

Um governo popular deve contemplar ainda a democratização do acesso aos bens culturais já existentes e à criação cultural da sociedade;

Um governo popular deve incluir a questão cultural em todas as discussões dos planos diretores e fóruns de reforma urbana, dada a sua total indissociabilidade nas discussões voltadas para o desenvolvimento social;

Um governo popular deve estimular também uma visão de cultura que equilibre o tradicional e o moderno, a memória e o novo e onde sejam criados espaços coletivos e ecológicos nos projetos habitacionais dos bairros;

Um governo realmente popular deve preservar os espaços culturais e monumentos apropriados pela população; recuperar a memória oral das cidades, dos grupos, movimentos e pessoas; criar e/ou restaurar espaços, equipamentos históricos e museus com o intuito de democratizar o acesso da população;

Um governo popular deve constar a valorização, estímulo e apoio aos movimentos desencadeados pelas minorias, entendendo-os como uma contribuição inestimável à construção de novos valores culturais para o entendimento humano;

Um governo popular deve descentralizar a ação cultural através da articulação com os municípios, permitindo uma ação cultural mais profunda e sensível às realidades locais e formação de redes com os múltiplos atores: movimentos sociais, sindicatos, movimentos de mulheres, associações de moradores etc, deve ser também a preocupação de um governo popular;

Um governo popular deve estimular, desenvolver e divulgar os estudos e reflexões relacionados com a cultura contemporânea, alargando o campo de atuação dos conceitos de cultura;

Um governo popular deve, enfim, canalizar todas as suas ações na criação de condições as mais diversas para o desenvolvimento da produção cultural e não para administrá-la. A política terá que ser a de um estímulo cada vez maior aos produtores culturais e nunca a da substituição de seus papeis pelo estado.

Propostas:

1- Recuperar e criar espaços de produção cultural, capazes de permitir o abrigo das mais variadas formas de manifestação artística (teatro, música, dança, artes plásticas, vídeo, cinema etc);

2. Criar um programa de publicação do livro, através de critério seletivo de qualidade, destinado a incentivar o escritor local;

3. Desenvolver um programa de recuperação, preservação e manutenção das manifestações de cultura popular, nas suas mais variadas formas;

4. Proporcionar o acesso ao passado, à história social, política, artística e intelectual, resultante da ação coletiva;

5. Políticas públicas de fomento à produção cultural que garantam o acesso da população carente aos respectivos resultados de tal investimento;

6. Investir na formação e capacitação de agentes/realizadores culturais, observando o que se produz em cada bairro/comunidade;

7. Levar ações culturais/artísticas à população mais desassistida e com poucas chances de terem acesso à arte: teatro mambembe, cinema itinerante, circo, etc;

8. Combater a destruição, a negação das memórias, símbolos e identidades dos excluídos.

2.4.9 - Lazer

2.4.10 - Segurança Pública

2.4.11 - Assistência Social

2.4.12 - Negros

2.4.13 - Quilombolas –

2.4.14 - Índios

Indígenas

Em Alagoas existem onze comunidades indígenas nas quais vivem, conforme dados do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), ano 2017, 17.200 pessoas. Enquanto esperam por políticas públicas dos governos federal e estadual, uma vez que os governos municipais quase nada fazem pelos índios, ficam desassistidos, acumulando carências e reclamações. Tal descaso não acontece por acaso, é a expressão de um longo processo histórico de preconceito e invisibilização dos povos indígenas. Essas populações estão em condições de pobreza maiores do que a média do povo brasileiro, ocupam lugares de baixíssima renda, quando tem. Para entender bem, dados nacionais dizem que só 2% dos índios brasileiros têm renda superior a um salário mínimo. Em Alagoas, nessa faixa de renda, encontra-se apenas 1% dos índios. A realidade é de pobreza e extrema pobreza. Há carências de toda ordem. A maioria vive (ou sobrevive) de pequenas agriculturas.

Ante essa realidade, decidimos apresentar em separado um conjunto de propostas para as comunidades indígenas, essas iniciativas visam compensar e corrigir as graves condições de vida dos povos indígenas, secularmente esquecidos pelo poder público. Esse destaque, portanto, não é uma discriminação, é um destaque, dada a excepcionalidade do caso, mas também para afirmar que governaremos tendo como prioridade os mais pobres, os mais excluídos, os mais vulneráveis, é uma opção política.

Infraestrutura

- Melhoria e manutenção das vias de acesso às aldeias;
- Construção e manutenção de barragens;
- Perfuração de poços artesianos;
- Criação de um programa de habilitação popular que assegure a substituição de casas de taipa nas terras indígenas.

Agricultura

- Assistência técnica e extensão rural;
- Assegurar a assistência técnica e extensão rural aos povos indígenas;
- Fomentar a produção agrícola de acordo a realidade de cada comunidade com a criação de linhas de crédito subsidiadas;
- Aquisição e doação de sementes crioulas;
- Projetos de reflorestamento com espécies nativas de cada região;
- Projetos de irrigação;
- Mecanização agrícola: aquisição de implementos e manutenção;
- Apoio ao desenvolvimento de projetos de piscicultura; apicultura; avicultura caipira; ovinocultura; caprinocultura; suinocultura;
- Ampliação e fortalecimento do PAA e PNAE;
- Criação de novos programas de aquisição de alimentos que atendam as especificidades indígenas;

Educação

- Construção e ampliação das escolas indígenas;
- Construção de ginásios poliesportivos;
- Aquisição de parques infantis;

- Construção de salas de recursos;
- Climatização da rede escolar;
- Construção de creches;
- Criação do Cargo de Professor Indígena;
- Realização de Concurso Público específico para as escolas indígenas (professores, técnicos e apoio);
- Criar mecanismo para aquisição da merenda escolar diretamente da comunidade, vias suas associações.

2.4.12 - Mulheres –

2.4.13 - Futuro com direitos para a população LGBT em Alagoas

Alagoas é o estado do território brasileiro que mais mata pessoas LGBTQIAP+ de forma violenta. Segundo dados do dossiê elaborado pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTQIAP+ no Brasil, em 2021, Alagoas registrou 16 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+, média de 4,5 mortes por 1 milhão de habitantes. Alagoas está acima da média nacional, de 1,8 por 1 milhão de habitantes. Os dados, já alarmantes, são mais graves se levarmos em conta as outras violências vivenciadas pela comunidade como desemprego, depressão, agressão física e verbal, expulsão de casa, ausência de políticas integrais de saúde, estupro corretivo, entre outras.

As oligarquias ultraconservadoras que há muito nos governam negligenciam ou secundarizam as demandas e direitos das pessoas LGBTQIAP+ alagoanas, passando pela ausência do desenvolvimento de políticas de Estado que contemplem essa comunidade, seguindo até a ausência de coleta de dados pelos órgãos e secretarias estatais, práticas de silenciamento e apagamento das existências da comunidade de diversidade sexual e de gênero no Estado.

Pensar na construção de uma alternativa de esquerda para mudar o rumo de Alagoas passa diretamente pelo enfrentamento desse silêncio ultraconservador, pela ampliação e criação de políticas de Estado para comunidade LGBTQIAP+ no campo de emprego, renda, moradia, segurança, saúde integral e enfrentamento da LGBTfobia em todas as esferas da sociedade alagoana.

Propostas:

1. Diálogo com o movimento LGBTQIAP+, para elaboração de políticas públicas;
2. Programas de assistência social, orientação e formação técnica e profissional para a população LGBTQIAP+;
3. Programa que incentive e valorize a empregabilidade de pessoas transsexuais e travestis em Alagoas;
4. Produção de dados sobre pessoas LGBTQIAP+ em situação de rua e articulação das políticas de assistência social e habitação, com unidades de acolhimento e políticas afirmativas para habitação popular;

5. Capacitação e treinamento continuado dos servidores públicos a respeito da diversidade sexual e de gênero;
6. Prevenir e enfrentar o bullying e a violência LGBTfóbica e promover respeito e valorização da diversidade, com material de formação contra o preconceito, sobre diversidade de gênero e sexualidade para a preparação de educadores e estudantes.
7. Uso de nome social nas escolas e banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida;
8. Saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans, articulando com as instituições de formação de profissionais da saúde, combatendo a violência ginecológica e obstétrica.
9. Fortalecer e ampliar o Ambulatório trans, com capacitação dos profissionais de saúde e insumos adequados, e demais questões para o processo de hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero;
10. Prevenção ao suicídio de pessoas LGBTQIAP+ e fortalecimento dos mecanismos e equipamentos da política de saúde mental;
11. Cidadania da população LGBTQIAP+ como política de todas as Secretarias do Estado e políticas públicas, sem ser secundarizada ou negociada.

5. PROPOSTAS²

5.1 Gestão Democrática e Popular - ruptura com a lógica tradicional de gestão do Estado e construção de uma gestão democrática e popular

É nosso compromisso mexer profundamente na tradicional lógica de gestão do governo do Estado. Não é possível realizar um projeto de mudanças para Alagoas sem focar na democratização da gestão da coisa pública e no aprimoramento dos instrumentos de controle social. Assim sendo, a Frente Popular tem a proposta de gestão democrática como um dos seus valores centrais. O compreendemos como um conjunto de princípios e práticas que envolvem a adoção de mecanismos amplos de participação social na formulação e aplicação de políticas públicas, de controle social, de comunicação popular direta e ampla nos processos decisórios e ações de governo, garantindo transparência aos atos administrativos.

Disputar e ganhar a eleição com um programa que priorize mudanças profundas na sociedade e na máquina pública estadual, uma gestão democrática e popular que rompa com o status quo, são fatos não apenas inéditos, mas também desafios de grande monta. É a isso que nos propomos. Não entramos nessa disputa para almejar o estabelecido, buscamos o inédito, o extraordinário, o que pode transformar.

² O texto proposta aqui apresentado é inicial e exemplar, deve ser aprimorado, expandido ou suprimido.

